

PORTARIA Nº 233/2022-SA

O Secretário Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 338, de 16 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 88/14, de 20 de maio de 2014, c/c art. 44, XXVII e § 2º, do Regimento Interno do TCE/PI, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005117/2022 e na Informação nº 217/2022-DGP,

RESOLVE:

Conceder à servidora MARIA GORETE FERREIRA SOUSA, matrícula nº 02058, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Controle Externo, 30 (trinta) dias de licença para capacitação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2021, para afastamento no período de 10/05/2022 a 08/06/2022, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 13, de 3 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí), c/c Resolução TCE/PI nº 27, de 14 de dezembro de 2017.

Publique-se. Cientifique-se. Cumpra-se.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 02 de abril de 2022.

(assinado digitalmente)

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretário Administrativo do TCE/PI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2022

PROCESSO: TC/005213/2022

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.

CNPJ Nº 05.818.935/0001-01.

CONTRATADA: EDITORA FORUM LTDA.

CNPJ Nº 41.769.803/0001-92

OBJETO: Contratação de pacote com 75 (setenta e cinco) inscrições, além de 15 (quinze) cortesias, para participação de servidores e membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí em cursos on-line do Programa de Capacitação FÓRUM 2022.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 206.250,00 (duzentos e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, na seguinte classificação: Classificação Programática 02101.01.032.0017.2500, Natureza da Despesa: 33.90.39.

BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93.

ASSINATURA: 29 de abril de 2022.